

**A APLICAÇÃO DA GEOECONOMIA DE LUTTWAK COMO FERRAMENTA
DE ANÁLISE PARA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA**

**THE APPLICATION OF LUTTWAK GEOECONOMICS AS AN ANALYSIS TOOL FOR RUSSIA'S
INVASION OF UKRAINE**

Thiago Esteves Nogueira
Mestrando em Geografia Humana - PPGH-FFLCH-USP
thiago.esteves.nogueira@usp.br
Orcid: 0000-0001-6436-3482

Resumo

Neste artigo, aplicaremos o conceito de geoeconomia proposto por Luttwak como forma de analisar a invasão russa na Ucrânia, iniciada no ano de 2022. Tal conceito abre a possibilidade para identificar novas formas de disputas e agressões que, agora, ocorrem no campo das relações do comércio internacional. A geoeconomia se inspira nos métodos da geopolítica clássica e, diferentemente dessa, se torna uma forma mais sutil de atuação. Ao longo do artigo, observaremos outros temas ligados ao conceito luttwakiano e aos métodos e princípios adotados para uma análise neste campo e, adentrando no nosso objeto de estudo, utilizaremos desse conceito como forma de análise das relações russas com o restante da Europa – e da Europa com a Rússia.

Palavras-chave: Geoeconomia, Rússia, Guerra, Comércio Internacional.

Abstract

In this scientific article, it used a concept of geoeconomics as proposed by Luttwak analyzing Ukraine's invasion by Russian during the beginning of 2022. This concept offers the opportunity to identify new forms of disputes and aggressions that now take place in the area of international trade relations. Geoeconomics gets inspiration from classical geopolitics but differs from it by presenting a more subtle form of engagement. Throughout the article, we will explore other topics related to the Luttwakian concept, besides the methods and principles utilized for analysis within this field of thinking. While this subject is deepened, the concept was used to analyze Russian relations with the rest of Europe and, reciprocally, Europe's relationship with Russian.

Keywords: Geoeconomics, Russian, War, International Trade.

1. Introdução

Edward N. Luttwak é apresentado como alguém presente em diversos círculos de poder: de militares de alta patente a chefes de inúmeros executivos e líderes religiosos. O autor se tornou famoso com o livro “Golpe de Estado: Um Guia Prático”, publicado primeiramente no ano de 1979.¹ Graças a esse livro, o pensamento luttwakiano foi posto pelo historiador Eric Hobsbawm na mesma prateleira em que residem as ideias maquiavélicas (cf. MEANEY, 2015). Luttwak não se distancia dessa alcunha e o próprio autor afirma que “um dos golpistas nas Filipinas [...] me disse que eles realmente usam meu livro para fazer engenharia reversa, para evitar mais golpes” (Cf. BASKIN, 2022, s/p, tradução livre). No entanto, o que nos interessa de Luttwak nasceu anos depois, no apagar das luzes da década de 1980.

Em seu breve artigo, Luttwak identifica o que ele próprio denomina como geoeconomia. Tal fenômeno constitui a inserção dos métodos geopolíticos nas relações econômicas e comerciais entre os Estados. Basicamente, teríamos investidores substituindo os soldados, as grandes empresas no lugar das bases militares e outros sujeitos do universo militar sendo alterados pelas peças de xadrez do universo econômico em uma parceria envolvendo o Estado e as firmas presentes em determinado território (LUTTWAK, 1990). Outros autores explicarão a geoeconomia luttwakiana de forma semelhante, mas sempre numa composição entre o método geopolítico e o conjunto de relações econômicas (Cf. WIGELL, 2016; VIHMA, 2018; VESENTINI, 2021[2000]). A

¹ No original, “*Coup d'Etat: A Practical Guide*”. O livro possui uma versão traduzida para o português e que foi publicado no ano de 1991 pela editora “Paz e Terra”. No entanto, o livro se tornou uma peça rara, sendo necessário que o interessado garimpe a obra em boas bibliotecas.

partir disso, a geoeconomia luttwakiana não deve ser lida como uma antítese do pensamento geopolítico. Wigell & Vihma (2016) impõem distinções entre a geopolítica clássica e a geoeconomia na questão dos meios, da visibilidade e da lógica operacional: enquanto a geopolítica utilizaria os meios militares em movimentações visíveis na busca do confronto, a geoeconomia utilizaria os meios econômicos, em movimentações mais ou menos ocultas na busca da acomodação seletiva, sendo mais sutil do que a geopolítica clássica. No entanto, é plenamente possível que ações geopolíticas e geoeconômicas se coadunem – como veremos em seções mais adiante.

Podemos citar que a maior ascensão do pensamento geoeconômico envolve ao menos três fatores. O primeiro seria a diminuição das ameaças militares de grande porte, junto com o evanescimento da ameaça nuclear da Guerra Fria, fazendo com que a importância militarista fosse diminuída. O segundo fator é que, com o fim da URSS, as grandes potências capitalistas daquele contexto não estariam mais forçadas a manter algo próximo a uma solidariedade contra um inimigo em comum e, como resultado, o cenário que se desenhava propiciava que aquelas potências rediscutissem antigas e novas normas comerciais com o intuito de escaparem da competição liberal (LUTTWAK, 2001[1998]). O terceiro fator se torna mais implícito: Luttwak (1994) observa que a resolução de divergências por meio de conflitos militares se tornou demasiadamente custoso e estressante para uma parte da sociedade. Esses custos seriam causados pelos impactos relacionados às baixas de uma guerra: com a diminuição das taxas de natalidade das sociedades europeias, essas últimas se tornariam menos propensas a mandarem seus jovens para o campo de batalha. Mesmo para os soviéticos, Luttwak (1994) cita que, apesar da rigidez no funcionamento daquela sociedade, partes das populações ali contidas não aceitariam de bom grado que seus filhos fossem para a guerra e voltassem mutilados ou mortos – o que, segundo o autor, ajuda a explicar os reveses socialistas na Guerra do Afeganistão (1979 – 1989).

Nas sociedades capitalistas, o sentimento não era (e não é) muito diferente. Politicamente, podemos notar que esse estresse se reflete na popularidade interna dos governos, visto que as guerras podem se tornar impopulares dependendo do tempo duram, nas quantias financeiras desempenhadas para a manutenção do conflito e do número de baixas militares que são geradas. Durante a Guerra do Iraque (2003 – 2011), a Gallup, empresa norte-americana de pesquisa de opinião, foi a campo e perguntou para os cidadãos dos EUA como eles julgavam o envio de tropas americanas para o conflito. Em 2003, 75% dos entrevistados consideraram o envio das tropas como uma medida acertada. No entanto, o prolongamento do conflito fez com que o cenário mudasse: em 2007, apenas 37% dos entrevistados ainda apoiavam a ação. Em 2019, no final da série histórica, 45% ainda apoiavam a ação – e metade dos entrevistados viam a ação como um erro dos EUA. Para a Guerra do Afeganistão (2001 – 2021), o cenário foi semelhante (GALLUP, 2023). Brenan (2022) observa que, em 2001, 89% defendiam o envio de tropas para o conflito. Em 2021, apenas 47% eram favoráveis. A preocupação com a questão demográfica também ganha corpo, já

que nem todos os países tinham mais as massas de jovens e adultos de outrora para investirem em conflitos (LUTTWAK, 1994). Por esses e outros motivos que Luttwak vaticina que “a era da geoeconomia havia chegado” (LUTTWAK, 2001[1998], p. 158).

Dividimos esse artigo da seguinte maneira: após a apresentação de Luttwak e da geoeconomia, partiremos para a delimitação do método geoeconômico e algumas aplicações que podem ser realizadas. Em seguida, mostraremos como a Rússia aplica ações geoeconômicas nas suas relações com a União Europeia (doravante, UE) e com o Leste Europeu, ainda mais, com países ex-integrantes da URSS. Avançando, abordaremos como a UE e os países ocidentais aplicam outras ações geoeconômicas (na forma de sanções) contra a Rússia devido à invasão realizada contra a Ucrânia em 2022. Na penúltima seção, tentaremos mostrar um “saldo”, por assim dizer, de como a UE está se comportando para substituir os recursos energéticos provenientes da Rússia e de como os russos estão lidando com as sanções ocidentais. Finalmente, encaminharemos este artigo para as nossas considerações finais e tentaremos esboçar algumas possibilidades futuras para os países (ou blocos) envolvidos nesse conflito geoeconômico.

2. O método geoeconômico

Podemos metodizar a geoeconomia luttwakiana em, pelo menos, três princípios. O primeiro é a ideia de soma zero. Assim como ocorre em um conflito clássico, o ganho de territórios e recursos de uma parte é proporcional à perda de territórios e recursos do adversário, fazendo de um conflito um jogo de soma zero em que benefícios obtidos por um são as perdas sofridas pelo outro. O segundo princípio possui relação com o ato de “moldar e administrar o ambiente estratégico em que os Estados operam para a busca de seus interesses nacionais por meios econômicos” (VIHMA, 2018, p.4, tradução livre). O terceiro princípio aborda a lógica paradoxal de um conflito, que se opõe a lógica linear existente na arena do comércio internacional. Temos que certas ações, por mais que sejam contraditórias, podem ser eficazes e até mesmo desejáveis em determinados cenários. Luttwak se aprofunda nesse princípio:

A lógica do conflito é paradoxal (isto é, regida por aparentes contradições e coincidência de opostos) porque todas as ações se desenrolam na presença de um adversário que reage contra o que está sendo feito. É por isso que - para dar um exemplo estático - a pior das estradas de aproximação para um ataque pode ser a melhor se proporcionar a vantagem da surpresa (tornar a estrada ruim paradoxalmente boa e a estrada boa paradoxalmente ruim). Ou, para dar um exemplo dinâmico - envolvendo a coincidência de opostos - por que exércitos vitoriosos que avançam longe demais avançam para sua própria derrota por superextensão, assim como armas que são muito eficazes são as mais prováveis de serem ineficazes pelas contramedidas inimigas (LUTTWAK, 1990, pp. 17 – 18, tradução livre).

Os três princípios contam com diversas ferramentas paralelas aos velhos jogos de guerra, em que personagens e ações econômicas absorvem as práticas geopolíticas. Observando uma aplicação para a geoeconomia, Luttwak realiza uma breve análise do conflito geoeconômico envolvendo o Japão e a *International Business Machines Corporation* (doravante, IBM), multinacional do ramo tecnológico. Durante a década de 1960, o Japão incentivou o desenvolvimento de computadores nacionais por meio do consumo, isto é, o governo japonês realizou um programa de empréstimo a juros subsidiados para quem quisesse adquiri-los. A IBM já produzia computadores no Japão desde 1952, no entanto, ela foi preterida desses programas por não ser uma empresa de origem japonesa. Em seguida, houve o incentivo para que as concorrentes da IBM (as americanas *General Electric*, a *Radio Corporation of America* e a *Xerox Corporation*) vendessem seus computadores no mercado japonês sob condição de que a tecnologia destas fosse compartilhada com as empresas nacionais. Em 1964, após aperfeiçoamento dos computadores da IBM, os computadores japoneses se tornaram ultrapassados – fato que desencadeou uma ação geoeconômica mais radical: o governo japonês começou a comprar os computadores nacionais, mesmo que eles fossem mais caros e ultrapassados quando comparados ao produto da gigante norte-americana (LUTTWAK, 2001[1998]). Este conflito geoeconômico ganhou outros contornos na década de 1970, mas a fotografia que trouxemos já é o suficiente para identificarmos os princípios que identificamos no início desta seção: 1) o jogo de soma zero ocorre porque o sucesso da indústria de computadores japonesa significaria uma perda relativa para a IBM; 2) É de interesse do Japão em desenvolver sua própria indústria de computadores com o intuito de ter algum ganho tecnológico e pleitear um lugar de potência global neste contexto e 3) o paradoxo surge em diversos casos, mas o principal é pelo incentivo do desenvolvimento de uma indústria de informática nativa do Japão em detrimento de uma grande multinacional americana que, com relativa certeza, possuía melhores produtos – e mais baratos.

Temos algumas outras considerações sobre o exemplo que ocupa o parágrafo anterior. Primeiramente, como já dito, o fenômeno geoeconômico não é algo que nasce a partir dos escritos de Luttwak, mas sim, um fenômeno que se intensifica. Provavelmente, é possível realizar análises geoeconômicas de outras décadas ou outros séculos – neste último período, em situações bem menos corriqueiras. Em seguida, a ideia do conflito econômico não é de matriz liberal, visto que há uma intensa participação do Estado através de ações que facilitam ou dificultam a atuação das firmas dentro de um território nacional. Sobre isso, podemos observar a geoeconomia como um “conjunto de políticas estatais” que farão com que determinado Estado atinja determinados objetivos (VIHMA, 2018, p. 9, tradução livre). Finalmente, alguns dos instrumentos geoeconômicos foram postos, sendo principalmente o incentivo ao consumo através de políticas fiscais na tentativa de construir uma reserva de mercado para as firmas japonesas.

Há outras possibilidades de aplicação da análise geoeconômica, mais ou menos alinhadas com o que Luttwak propõe. Trazendo outro exemplo à baila, podemos analisar as políticas de incentivo de conteúdo local para o setor petroquímico brasileiro. Essas políticas, ora são incentivos para que bens e serviços nacionais sejam empregados em determinados ramos econômicos, ora são uma forma de aplicar restrições para empresas estrangeiras, ainda mais, para aquelas vencedoras dos leilões de exploração de campos de petróleo. Dentro de uma perspectiva geoeconômica, temos algo próximo a um jogo de soma zero, pois o incentivo para que as empresas nacionais se fortifiquem seria uma forma de fazer com esse setor industrial não perca espaço contra as concorrentes estrangeiras no futuro. Temos também o desejo brasileiro na exploração de petróleo com o intuito de levantar recursos financeiros para o abastecimento dos cofres estatais ou para possíveis usos estratégicos deste recurso energético. O paradoxo surge no encarecimento das permissões de exploração, já que as exigências de conteúdo local podem aumentar os custos de produção. Aliás, nesse caso, não se pode exigir a alta participação percentil de tecnologia nacional sob o risco da exploração não ser mais interessante para a firma, logo, o princípio do paradoxo é algo a ser explorado com certa parcimônia. Dando algumas classificações a essas operações geoeconômicas, elas não necessariamente se assemelharão: tanto no caso japonês quanto no caso brasileiro, podemos dizer que há um caráter de defesa de elementos presentes nos respectivos territórios nacionais. As sanções econômicas impostas para Cuba, por exemplo, trariam mais a ideia de confronto (WIGELL & VIHMA, 2016). Além disso, é importante lembrar: assim como a geopolítica possui ações que fracassam, a geoeconomia também terá, já que nem toda ação geoeconômica logra em êxito.

Até aqui, tentamos introduzir alguns preceitos básicos para o nosso leitor. Imaginando que o início do uso do conceito de geoeconomia se deu no apagar das luzes da década de 1980, é possível supormos que, nos dias atuais, as análises se sofisticaram. Na sessão seguinte, veremos que há formas de atuação geoeconômica convertidas para um sistema de pagamento de recompensas caso determinados objetivos sejam atingidos, como descontos em uma série de produtos ou a redução das barreiras para se penetrar em um mercado. Ao mesmo tempo, pode haver um sistema de penalização caso esses objetivos não sejam atingidos (WIGELL & VIHMA, 2016). Os pressupostos que elencamos mais acima também são plenamente aplicáveis nesses movimentos, embora que, de vez em quando, o jogo de soma zero pode ser desfavorável para quem esteja aplicando a política geoeconômica, mas nunca será contra os objetivos desse ator.

3. A geoeconomia russa

Primeiramente, a Rússia é um poderoso ator geoeconômico. É possível observar a ação geoeconômica russa agindo em pequenas ações, como a incineração de flores dos Países Baixos

pelo governo russo como provável represália aos resultados obtidos por investigadores holandeses que vincularam a queda do voo MH17 da *Malaysia Airlines* com o uso de mísseis russos em posse de rebeldes pró-Kremlin que ocupavam o leste da Ucrânia (cf. STEPCHENKOV BACZYNSKA, 2015). No entanto, são nas grandes ações que a Rússia se destaca, sendo o principal setor de destaque o comércio de derivados de petróleo – dos quais Wigell & Vihma (2016) chamarão de geoeconomia dos recursos energéticos.

Não é segredo que a Rússia se tornou um grande exportador de recursos energéticos para diversos países europeus ao ponto da *Gazprom* e da *Rosneft* serem as maiores empresas da Rússia, ambas do ramo energético. Em relação ao gás natural, até o ano de 2021, países como a Bulgária (76,7%), a República Checa (92,1%), a Finlândia (74,5%), a Alemanha (59,5%), a Hungria (63,9%), a Letônia (100%) e a Eslováquia (64,7%) importaram mais da metade daquilo que consumiam. Outros recursos, como o petróleo e o carvão também possuem alta penetração no continente europeu: no mesmo ano, a Croácia (79,2%), o Chipre (100%), a Irlanda (62%), a Itália (56,4%), a Letônia (50,7%) e a Lituânia (77,1%) se tornaram grandes dependentes das importações de carvão russo. Para o petróleo, ainda no ano de 2021, temos a Bélgica (57,8%), a Grécia (68,3%) e a Polônia (56,0%) como principais clientes russos. Sobre essa última mercadoria, destacamos que a Finlândia (122,2%), a Eslováquia (140,5%), a Lituânia (272,3%) e os Países Baixos (125,3%) importaram muito mais petróleo do que o inicialmente previsto. Outros países não citados também possuem significativa dependência: quase $\frac{1}{4}$ do gás natural importado da França (24,1%) é russo, assim como a Itália (38,3%) que consome mais de $\frac{1}{3}$ de gás natural, e como a Alemanha (33,2%), principal setor industrial da Europa, que tem em sua matriz energética cerca de $\frac{1}{3}$ do petróleo russo (Cf. IEA).

Por muito tempo, o comércio de recursos energéticos entre a Rússia e a Europa foi satisfatoriamente cômodo para ambos ao ponto de estreitarem relações e investirem mutuamente em redes de gasodutos, sendo o *Nord Stream 1* e o *Nord Stream 2* (doravante, NS1 e NS2 respectivamente) as maiores infraestruturas existente, com os dois atravessando o Mar Báltico e criando um caminho fácil para escoar o produto. Há uma relação lógica de “ganha-ganha”: a Europa adquire recursos energéticos com preços atrativos da Rússia e, em contrapartida, a Rússia adquire uma importante fonte de renda. Sobre isso, o setor energético se torna o principal ativo da Rússia. Ainda em 2021, o setor de gás natural e petróleo representavam 17,4% do PIB russo (cf. STATISTA, 2023).

O principal ativo russo se torna uma ferramenta geoeconômica. O Kremlin explora essa faceta em documentos internos e guias de política setorializada, como no documento intitulado “Estratégia energética da Rússia para o período até 2030” (Cf. RUSSIAN, 2010, tradução livre) em que são traçadas perspectivas no âmbito econômico, social e das relações externas. Wigell & Vihma (2016) trazem uma das aplicações dos recursos energéticos russos no campo geoeconômico ao

observarem o preço de venda do gás natural comercializado entre a Rússia e outros países europeus: em fevereiro de 2013, para a Polônia, a aquisição do produto foi de UR\$ 525,5 para cada 1000 m³. Para a República Checa, que está mais distante da Rússia quando comparado à Polônia, a mesma quantidade do recurso foi comercializado a UR\$ 503,1. Outros países ganharam descontos mais surpreendentes, como o Reino Unido (UR\$ 393,7) e a própria Alemanha (UR\$ 379,3). Ainda em Wigell & Vihma (2016), ambos dirão que é óbvio que o preço não está atrelado a lógicas do mercado, como a distância do gás a ser percorrido até o consumidor final, mas sim, ao desejo de recompensar ou punir grupos políticos que lideram um Estado.

Parte da rede de gasodutos entre a Rússia e a Europa também possui certa motivação geoeconômica. O NS2, uma obra de € 11 bilhões e que ligaria o oeste russo com o nordeste alemão, é lido por alguns como uma armadilha que capturou parte da Europa, pois outros dutos da rede já eram capazes de proporcionar o gás natural demandado pelos europeus e que não existiam previsões de um aumento de consumo. Teríamos, então, algumas boas suposições sobre as motivações dessa obra de infraestrutura, como uma tentativa de impactar negativamente a Polônia e a Ucrânia, já que a obra não passaria pelos respectivos países e seria mais fácil em manter o controle do gás exportado para ambos sem afetar o que o restante da Europa adquiria. Por outro lado, o NS2 seria uma forma de impedir a diversificação energética europeia, pois os suprimentos de gás chegariam à Alemanha com alguns descontos provenientes da economia de taxas que, antes, eram pagas para a Ucrânia e a Polônia (Cf. THE ECONOMIST, 2019a). O projeto do gasoduto *South Stream* (doravante, SS), anunciado em 2007, também é apontado como algo de motivação geoeconômica e possui a lógica semelhante ao NS2, pois prejudicaria a Ucrânia (já que o traçado do gasoduto passaria pelo Mar Negro ao invés de atravessar o território ucraniano) e abasteceria parte do sudeste europeu, minando o plano europeu de diversificar a cesta energética do continente. No final do ano de 2014, o presidente Vladimir V. Putin (doravante, Putin) desistiu do projeto após uma série de endurecimentos vindos da União Europeia, possivelmente motivados pela invasão russa contra a península da Crimeia, atual território da Ucrânia (VIHMA & TURKEN, 2016).

Recorrendo aos princípios que expomos anteriormente, a geoeconomia está em 1) a busca do Kremlin em penetrar a UE com recursos energéticos baratos e aumentar a participação da *Gazprom* no mercado do bloco; 2) a instrumentalização dos recursos energéticos como forma da Rússia atingir objetivos próprios através de bonificações e punições para determinados países, ainda mais, contra Estados que não lhes são simpáticos e 3) a lógica paradoxal de algumas atitudes, ainda mais, nos empreendimento SS. O SS foi planejado, também, em momento de baixa demanda de gás natural na Europa já que, naquele momento, o debate sobre energia renovável já ganhava terreno em território europeu e outros itens energéticos já haviam chegado a preços anteriores a crise de 2008 – 2009 (Cf. GLOYSTEIN, 2014). Além disso, a *Gazprom* estava muito longe de

explorar a total capacidade de escoamento dos gasodutos que já detinha e com grandes chances do NS2 se tornar um gasoduto ocioso (Cf. THE ECONOMIST, 2019a). Caso fosse em frente, possivelmente o SS seria um desastre comercial e logístico (Cf. CHAZAN, 2014). O NS2 também é encaixado como uma ideia megalomaniaca com motivações mais políticas do que econômicas. Aqui vale frisar a colocação posta pelo jornal britânico The Economist:

Quando um megaprojeto não faz sentido comercial, há duas possibilidades. Ou seus patrocinadores são tolos ou têm outros motivos. Como Vladimir Putin não é tolo, deve-se presumir que seu gasoduto de estimação não é realmente um empreendimento comercial – e que os tolos são os europeus (...). (THE ECONOMIST, 2019a, s/p, tradução livre)

Medidas geoeconômicas mais drásticas já foram adotadas pela Rússia para além do controle dos preços: no ano de 2008, depois que a República Tcheca e os EUA acordaram a instalação de sistemas antimísseis americanos em território tcheco, as remessas de petróleo russo foram reduzidas para o país europeu (cf. KRAMER, 2008). Outros casos são trazidos por Wigel & Vihma (2016), como os cortes de petróleo ocorridos na Ucrânia nos anos de 2006, 2008-2009 e 2014, as disputas contra a Bielorrússia nos anos de 2006 e 2010, entre outros. Alguns cortes, ainda mais os que envolvem os gasodutos, também afetam outros clientes europeus. Em 2009, em desentendimentos russos contra a Ucrânia, parte da Europa recorreu a racionamentos de gás em pleno mês de janeiro, que registra o pico do frio das médias e baixas latitudes do velho continente (cf. KRAMER, 2009). Debates em torno de maior diversificação dos recursos energéticos foram realizados na Europa, mas o ato russo de precificar o gás de diferentes formas para diferentes compradores fez com que tal diversificação não fosse interessante para alguns países, a exemplo da Alemanha (WIGEL & VIHMA, 2016). Scholvin & Wigell (2018) resumirão a geoeconomia dos recursos energéticos russos da seguinte forma:

[A] Rússia usou seus recursos energéticos para promover seus interesses políticos, fornecendo gás natural barato a governos favoráveis nas ex-repúblicas soviéticas e dividindo a União Europeia ao oferecer preços diferentes aos seus estados membros. A República Tcheca e a Ucrânia tiveram que lidar com o corte de suprimentos russos em momentos de atrito político com o governo de Vladimir Putin. (SCHOLVIN & WIGELL, 2018, p.75, tradução livre)

4. As sanções econômicas: a geoeconomia vai à guerra

Nos últimos momentos do inverno europeu de 2022, uma série de incursões russas adentrou o território ucraniano. De lá para cá, em um pouco mais de um ano de invasão, o mundo assiste uma série de avanços e recuos, de conquistas e reconquistas de territórios numa dos maiores conflitos clássicos do século 21. No entanto, não nos debruçaremos sobre as motivações da

agressão russa contra a Ucrânia já que esse não é o nosso foco, mas sim, sobre algumas respostas e contrarrespostas que foram dadas pela Rússia e pela comunidade internacional.

Algumas características desse conflito são curiosas. No envolvimento direto, temos os contornos de um conflito clássico em que um Estado invade o território do outro. Ao mesmo tempo, desde as primeiras semanas de invasão russa, iniciou-se a mobilização de diversos países ocidentais em prol da Ucrânia, com o envio de recursos militares, humanitários e financeiros para o país agredido, ao mesmo tempo em que várias medidas foram adotadas contra a Rússia como forma de punição. Segundo as contas realizadas pelo *Kiel Institute for the World Economy*, os recursos enviados para a Ucrânia, só no primeiro ano do conflito, já marcam a cifra de, aproximadamente, US\$ 163,6 bilhões – valores que tendem a aumentar ao longo da continuidade do conflito (Cf. IFW KIEL, 2023). Para além dos recursos enviados, abriu-se um novo *front*: as sanções econômicas contra a Rússia. Sobre essa, para Pape Jr (1997), elas possuem funções políticas bem definidas. O autor segue:

As sanções econômicas buscam diminuir o bem-estar econômico agregado de um estado-alvo, reduzindo o comércio internacional, a fim de coagir o governo-alvo a mudar seu comportamento político. As sanções podem coagir diretamente, persuadindo o governo alvo de que as questões em jogo não valem o preço, ou indiretamente, induzindo a pressão popular para forçar o governo a ceder, ou induzindo uma revolta popular que derruba o governo, resultando no estabelecimento de um governo que fará a concessão. (PAPE JR, 1997, pp 93 – 94, tradução livre).

As sanções envolvem o uso do poder econômico para atingir determinado objetivo político por parte de quem sanciona contra quem é sancionado. Possivelmente, as sanções são as formas mais claras da atuação geoeconômica. Ainda sobre elas, tanto as ciências sociais quanto as ciências econômicas já produziram inúmeros trabalhos sobre a temática. Inicialmente, Hufbauer *et al* (1985, *apud* PAPE JR., 1997) se notabilizaram por terem tentado avaliar o sucesso das sanções econômicas em 115 ocorrências selecionadas entre 1914 a 1990. Os autores determinaram que 40 casos (35%) se mostraram exitosos – uma taxa de sucesso fantástica quando comparado aos custos da ação de uma atividade armada. As impressões de Hufbauer *et al* foram revisadas por Pape Jr. e, ao final, esse último contabilizou que apenas 5 casos (4,5%) lograram verdadeiro êxito por força, apenas, das sanções econômicas. Outros casos lidos por Hufbauer *et al*, para Pape Jr., foram contaminados ou pelo uso de violência ou pelo fato de que o Estado-alvo não cedeu ao sancionador ou, ainda, casos inconclusivos. No entanto, o autor encerra seu raciocínio dizendo que “não há razão para que a pressão econômica não deva ser empregada em conjunto com a força” (PAPE JR., 1997, p. 110, tradução livre), mas que, também, não é saudável para a estratégia de um país superestimar a capacidade das sanções.

No caso russo, temos uma série das mais variadas sanções, de diversas escalas, atuando contra o país: desde aquelas que impedem que pessoas e autoridades sancionadas viajem para determinados territórios ao longo do globo a aquelas que proíbem a venda de insumos para alguns setores produtivos russos, na tentativa de demover o Kremlin de sua guerra. Em sanções de macroescala, o modo com que a demoção seria atingida tende a seguir a lógica da corrosão social: com os impactos gerados pelas sanções, a economia russa seria afetada negativamente, diminuindo a sua capacidade produtiva. Como efeito, a capacidade de crescimento russo seria comprometida e isso se refletiria no bom funcionamento do país. Essa desestabilidade, cedo ou tarde, seria materializada em desabastecimento de produtos nas gôndolas dos mercados, no desemprego, na desvalorização do rublo e em outros aspectos do dia a dia da população russa e, como efeito final, nasceria algo próximo a um mau humor contra o governo situacionista. Tal sequência lógica segue, mais ou menos, aquilo observado por Allen (2008) em outros momentos da história. No entanto, Allen (2008) também observa que essa sequência está mais para um desejo dos sancionadores do que algo empiricamente observável, e a tendência é que a autora rume para as observações realizadas por Pape (1997).

As sanções impostas contra a Rússia foram algo sem precedente neste século: ao final de março de 2022, 60% das reservas internacionais russas estavam congeladas (Cf. THE ECONOMIST, 2022). Os maiores bancos russos foram desconectados pelo ocidente da *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (Swift) e tal ação isolou o sistema financeiro do Kremlin de se comunicar com outros agentes financeiros do globo. Grandes empresas globais como a *Visa*, *Mastercard* e *American Express* (setor de pagamentos), *Shell*, *Exxon* e *TotalEnergies* (setor petroquímico e energético), *Airbus* e *Embraer* (setor aeroespacial), *Apple* (setor tecnológico), *Renault*, *Volvo*, *Harley Davidson*, *General Motors*, *Jaguar Land Rover*, *Toyota* e *Volkswagen* (setor automotivo), *Mc Donalds* e *Coca-Cola* (setor alimentício) abandonaram os russos a mercê da própria sorte. No começo das sanções econômicas, algumas estimativas russas previam um encolhimento inédito do PIB russo: o ex-ministro das Finanças Alexei Kudrin apontava uma encolha de 10% do PIB russo para o ano de 2022 (cf. REUTERS, 2022). Pelo menos, este cenário é o que se desenhava no começo do conflito.

Os EUA, o Canadá, a UE, o Reino Unido, o Japão e alguns outros países (como a Polônia, a Finlândia, etc) não foram diretamente à guerra, mas mandaram lembranças. Para além das sanções impostas, os países (blocos) citados armaram a Ucrânia com bilhões em equipamentos militares – de capacetes e vestuário a veículos blindados e mísseis de pequeno e médio alcance. Sobre as armas enviadas, cabe citar que muitos armamentos eram refugos de outrora, como os tanques *Leopard 2*, que, apesar das atualizações que recebeu ao longo das últimas décadas, é um veículo de combate do final da década de 1970. Curiosamente, armamentos mais atualizados dependem com que o usuário tenha meses de treinamento para extrair um desempenho aceitável,

mas tempo é algo que custa muito caro em uma guerra. Logo, como as tropas ucranianas já detinham algum conhecimento de manuseio de veículos construídos para outras guerras, a melhor opção foi despachar armamentos dos quais esses soldados já tinham certa intimidade.

Retornando a pauta do início do parágrafo anterior, os países que apoiam a Ucrânia mostram que se importam com o conflito, mas não ao ponto de intervirem de forma mais direta com suas próprias forças armadas. As explicações para isso podem ser variadas, mas acreditamos que uma velha máxima (de fato, exagerada) ainda seja útil para isso: ninguém sabe como e quando um conflito se encerra. Os exemplos na história que mostram isso são abundantes: os EUA iniciaram um conflito contra o Afeganistão em outubro de 2001 e encerraram formalmente a guerra em agosto de 2021. Semanas antes dessa data, o grupo fundamentalista Talibã avançou por territórios até então sob gestão dos EUA e marchou em direção a capital Cabul, fazendo o presidente do país, Ashraf G. Ahmadzai, bater em retirada (DEYOUNG et al, 2021). O saldo do desastre norte-americano no Afeganistão foi de mais de 3.600 militares da coalizão norte americana mortos (cf. STATISTA, 2022) mais de 20 mil militares feridos (LAMOTHE, 2021), US\$ 2 trilhões despendidos nas ações e na manutenção do conflito, ou, “US\$ 300 milhões de dólares por dia, todos os dias, por duas décadas” (HELMAN & TUCKER, 2021, s/p, tradução livre) e um país destruído que foi dominado numa velocidade assustadora pelo grupo que os EUA combatiam.

Outro exemplo do que expomos no parágrafo anterior é a própria invasão russa contra a Ucrânia: até o momento, já se passaram 18 meses e, pelo que parece, a Rússia está muito longe de atingir os seus objetivos e com um saldo atual também desfavorável para o país invasor na questão dos números de baixas e dinheiro gasto. Algumas estimativas “extraoficiais” (por assim dizer) dos próprios ministérios russos já falam em algo próximo a 110 mil russos mortos e feridos no confronto (Cf. TROIANOVSKI *et al*, 2023). Pior: assim como ocorreu com os EUA, o governo russo viu seu principal adversário renascendo. Antes da invasão russa na Ucrânia, no ano de 2019, interlocutores do ex-presidente Donald J. Trump disseram que o ex-mandatário ameaçou que os EUA abandonariam da Organização do Tratado do Atlântico Norte (doravante, OTAN) sob a alegação de que os gastos dos países adeptos a aliança estavam abaixo do que foi estabelecido como ideal pelo *trumpismo* (cf. BARNES & COOPER, 2019). No mesmo ano, o então presidente francês Emmanuel J. F. Macron declarou que a aliança estava enfrentando uma “morte cerebral” (cf. THE ECONOMIST, 2019b). Quase uma década antes, Robert Michael Gates, ex-secretário de defesa dos EUA, em seu discurso de despedida do cargo, avisava os europeus que a OTAN corria o risco de ser uma aliança militar irrelevante, e tal comentário foi realizado após o ex-secretário reclamar que a aliança não conseguia combater países mal armados (ao se referir ao Afeganistão e a Líbia) e com baixas concentrações populacionais (cf. ALEXANDER & BRUNNSTROM, 2011).

Após a invasão russa, a OTAN se expandiu: algumas conversas sobre o aumento de repasses para a aliança retornaram e, provavelmente, teremos que os 2% de PIB destinados à

OTAN pelos países membros se transformarão em “mínimo” ao invés de “máximo” (cf. GRAY & SIEBOLD, 2023). Também tivemos a expansão literal da OTAN: a entrada da Finlândia já foi formalizada e a Suécia está na fila aguardando a autorização da Turquia e da Hungria (cf. JOHNSON *et al*, 2023). Finalmente, nos parece que a Ucrânia está mais próxima de entrar na aliança do que estava antes do início do conflito. Há certa divergência nesse entendimento: Wong & Jakes (2022), meses antes do início do conflito, falam em problemáticas ucranianas internas (como pautas ligadas a democracia, a liberdades individuais, e manutenção do estado de direito e altos índices de corrupção) e externas (como o entendimento de que a aliança mandaria um recado provocativo a Rússia) que impediam a adesão ucraniana na OTAN, no entanto, parece que algumas dessas pautas serão superadas: Jens Stoltenberg, atual secretário geral da OTAN, afirmou que os membros da aliança concordam com a adesão da Ucrânia e que ela será realizada assim que o conflito contra a Rússia cessar (cf. SABBAGH & RANKIN, 2023). Enfim, no momento em que os países traçam suas geopolíticas, deve-se tomar cuidado para que esses não sejam abençoados por algo próximo ao toque invertido do Rei Midas, em que tudo que tocam ganha valor para os adversários.

Uma última nota sobre as sanções é que elas podem não ser o caminho mais eficiente para debelar as ações geopolíticas de um país, mas são uma resposta relativamente segura quando comparado as ações geopolíticas – conforme expusemos em parágrafos anteriores. Aliás, a aplicação de sanções econômicas não necessita, necessariamente, mudar a posição do sancionado: elas também são uma forma de desidratar o sancionado para que as ações deste não sejam tão eficientes como outrora. Como exemplo disso, o 8º e 9º pacote de sanções da UE mostra uma preocupação com tecnologias que podem aumentar a capacidade militar russa (cf. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2023).

5. Um pequeno balanço geoeconômico

Nessa altura do conflito, não parece que a Europa, que armou sua matriz energética com os recursos russos, tenha visto seus habitantes congelarem de frio nos últimos invernos. Ao mesmo tempo, muito menos parece que as sanções econômicas contra a Rússia tenham alterado em um único centímetro as ambições do país. O Kremlin realizou contornos pelas sanções de forma mais ou menos satisfatórias. A Rússia tentou responder alguns dos sancionadores. Em julho de 2022, a *Gazprom* reduziu em 20% as remessas de gás para a Alemanha – a revelia dos contratos que foram firmados entre os alemães e a estatal energética russa. Um funcionário de alto cargo da pasta de energia da Alemanha disse que o gás já estava sendo utilizado como arma de guerra (Cf. AL JAZEERA, 2022b) e Dmitry Peskov, porta voz do governo Putin, anunciou que, devido às sanções econômicas e, por consequência, a incapacidade de manutenção do NS1, o fornecimento de gás

sofreria cortes (Cf. SEDDON *et al*, 2022) – algo que, provavelmente, seja só uma resposta russa as ações ocidentais .

Houve movimentos da UE para reduzir a aquisição de energia russa, mas a duras penas. A inflação da zona do euro, em dezembro de 2022, no acumulado dos últimos 12 meses, registrou 9.2%, com a energia sofrendo aumento de 25.7%. Individualizando os países da zona do euro, temos muitos governos registrando dois dígitos de inflação anual, a exemplo de Bélgica (10,2%), Itália (12,3%) e Países Baixos (11,0%). A própria Alemanha, que em novembro de 2022, registrou 11,3% de inflação, conseguiu reduzir o aumento de preços para 9,6% (EUROSTAT, 2023). Como afirmado anteriormente, a UE não morrerá congelada, no entanto, a tendência é que o velho continente pague mais caro para movimentar suas indústrias e alimentar os sistemas de calefação dos residentes europeus. No final do ano de 2022, a Europa registrou uma grata surpresa: em janeiro de 2022, o preço do gás futuro de outros fornecedores estava cotado em algo próximo a € 100 por MWh. Já em março do mesmo ano, o valor subiu para um pouco mais de € 210. Em setembro (uma estação antes do inverno), o preço se elevou para acima dos € 300. Em dezembro, o preço voltou para patamares anteriores ao conflito – um pouco menos de € 77 (cf. JOLLY, 2022). Possivelmente, os picos inflacionários gerados pelo excesso dos gastos energéticos, iguais aos vistos em 2022, não devem retornar.

Pelo lado da Rússia, os impactos das sanções foram mais ou menos mitigados. O PIB russo, em 2022, contraiu “apenas” 2,1% - mas muito longe de um tombo de 10% que foi profetizado pelo ex-ministro Alexei Kudrin. Ironicamente, um dos setores que ajudaram a diminuir a queda no PIB foi a própria mobilização militar do país (cf. AL JAZEERA, 2022a). Em relação aos recursos energéticos, a Rússia não teve escolha a não ser baratear o petróleo para que outros compradores o adquirissem. Nesse movimento, a Índia se tornou um assíduo cliente russo ao ponto da petrolífera russa *Rosneft* e da refinaria indiana *Indian Oil Corp* assinarem, em março de 2023, acordos para aumentar as remessas e os tipos de petróleo comprados (cf. ASTAKHOVA, 2023). Se, antes, a Índia recorria ao mercado energético russo de forma esporádica, entre os anos de 2022 e 2023, o subcontinente indiano importou algo em torno de 970.000 a 981.000 barris de petróleo por dia. Não coincidentemente, as exportações de diesel de aviação indiano para a Europa aumentara entre 12% a 16% no mesmo período. As exportações de combustíveis para os EUA também aumentaram (cf. NARAYAN & VERMA, 2023).

Como também podemos deduzir, as ações de natureza geoeconômica, ainda mais na forma de sanções, tendem a possuir uma data de validade. A Europa, por mais que tenha se rendido aos práticos recursos energéticos russos, cedo ou tarde, procuraria ou investiria em alternativas para substituí-lo. E, de fato, encontrou: o bloco europeu recorreu ao gás natural liquefeito (doravante, GNL) dos EUA, que é mais poluente do que o gás russo segundo sua forma de extração e, por conta disso, a UE tende a repensar seus compromissos com o clima (cf. MERK & PENKE, 2022).

A Rússia, por outro lado, seguiu o caminho óbvio: não podendo mais comercializar com boa parte do ocidente, está tentando construir pontes com países que não se alinham as sanções, como a China (cf. TAN, 2023) e a Índia. Curiosamente, a China se tornou um grande *player* geoeconômico e a Rússia não possui tantos clientes para exportar seus produtos (dentre eles, seus recursos energéticos): Em 2022, 30% das exportações russas foram para o extremo oriente; 40% das importações do Kremlin vieram da China. A moeda utilizada foi o Renminbi chinês, visto que a Rússia não pode mais realizar transações com o dólar e o euro (Cf. GABUEV, 2023). Alexander Gabuev, diretor do Centro Carnegie Rússia Eurásia, opina naquilo que a Rússia pode aguardar de sua crescente e irremediável dependência com a China:

Ela [China] poderia solicitar que a Rússia compartilhasse tecnologias militares sensíveis, aceitasse sua presença naval no Ártico russo ou desse sinal verde para mais instalações do Exército de Libertação do Povo na Ásia Central. A China também pode desejar ter voz nas relações da Rússia com países asiáticos que enfrentam suas próprias dificuldades com o regime do Sr. Xi [Xi Jinping]. Por exemplo, a China poderia pedir à Rússia para não prestar serviços aos equipamentos militares que vem vendendo para a Índia há décadas. O Kremlin talvez não consiga recusar algumas dessas ofertas (GABUEV, 2023, SP, tradução livre).

Ainda é cedo para observar as relações geoeconômicas envolvendo a China e a Rússia nesse cenário, mas parece que a desproporção no poder nesse relacionamento já está garantida para o lado dos chineses. Possivelmente, os pesquisadores que atuam com as ações geoeconômicas terão algum material para trabalhar em um futuro não tão distante.

6. Considerações finais

As ações geoeconômicas se tornam uma forma para que os Estados atinjam seus próprios objetivos, domésticos (pensando em situações que visam aplicar formas protecionistas para o desenvolvimento de setores produtivos internos) ou não (pensando em um conflito). Nesse último ponto, tais ações se tornam uma resposta contra a geopolítica clássica, ainda mais quando um Estado não deseja se envolver diretamente numa guerra ao mesmo tempo em que sente a necessidade de, pelo menos, se posicionar contra aqueles que optam pela via armada – esses também que optam pela geopolítica como uma forma de atingir seus próprios objetivos.

A Rússia se tornou um *player* geoeconômico de grande maestria: a UE foi inundada com recursos energéticos baratos tanto pela distância (ainda mais, quando pensamos que os gasodutos ajudam a baratear a mercadoria) quanto pela vontade da Rússia em tornar tal mercadoria vantajosa também para quem a adquirisse e, assim, ter menos resistência de parte da UE para que o Kremlin atinja seus próprios objetivos. No entanto, temos a impressão de que a Rússia utilizou dessa

situação para aplicar as ações militarizadas da geopolítica clássica e esperou que parte da UE não respondesse ao conflito. Não só a UE respondeu, mas boa parte do ocidente se mobilizou para contra atacar os russos em ações geoeconômicas mais diretas ao mesmo tempo em que os clientes dos recursos energéticos da Rússia migraram para outras freguesias.

Apesar das limitações que foram impostas contra a Rússia, o país ainda está inserido no comércio internacional – fato que faz parte dos sancionadores torcerem o nariz com quem ainda realiza trocas com o Kremlin. O Brasil, por exemplo, é um grande importador russo: no ano de 2021, um pouco mais de 65% das mercadorias adquiridas foram de produtos químicos utilizados na produção agrária brasileira, como fertilizantes e corretores de solo (cf. OEC WORLD, 2023) e as relações comerciais foram mantidas durante o conflito (cf. GRILLI, 2023). Possivelmente, a Rússia teria problemas em manter o conflito caso o restante do globo sancionasse com a mesma intensidade que a UE, os EUA, o Japão, entre outros. O ponto é que outros países, como os latinos, os africanos e muitos asiáticos, não possuem a força econômica em replicar as sanções econômicas: se parte dos sancionadores, muito deles “desenvolvidos”, estão enfrentando algum grau desagradável de problemas inflacionários para suprir a ausência de produtos energéticos russos, outros países, ainda mais os “não desenvolvidos”, teriam problemas provavelmente mais graves ao fecharem suas portas para os produtos russos. Basta pensar que o agronegócio brasileiro, principal setor econômico do país, enfrentaria sérias dificuldades em produzir caso os fertilizantes russos não chegassem aos portos nacionais. Logo, dificilmente veremos ações mais enérgicas desse último grupo de países para além de posicionamentos protocolares contra a Guerra e em favor da paz.

Finalmente, parece que a Rússia atravessou o Rubicão e não vislumbramos o reestabelecimento das relações com boa parte do ocidente no curto prazo.

Referências

ALEXANDER, D; BRUNNSTROM, D. Gates parting shot warns NATO risks irrelevance. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 10 de junho de 2011. Politics, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-nato-idUSTRE7591JK20110611>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

AL JAZEERA. Russian economy shrank 2.1% in 2022, much less than expected. **Al Jazeera**, Doha (QA) / London (UK), s/a, s/v, s/e, 21 de fevereiro de 2022a. News, s/p. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/2/21/russias-economy-contracted-2-1-in-2022>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

_____. Russia's Gazprom cuts gas supply through key pipeline to Europe. **Al Jazeera**, Doha (QA) / London (UK), s/a, s/v, s/e, 27 de julho de 2022b. News, s/p. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/7/27/russias-gazprom-slashes-gas-supply-to-europe-to-20-percent>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

ALLEN, S. H.. The domestic political costs of economic sanctions. **Journal of Conflict Resolution**, New York (USA), v. 52, ed. 6, p. 916 - 944, 2008. DOI: 10.1177/0022002708325044. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0022002708325044>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

ASTAKHOVA, O.. Russia's Rosneft signs deal to boost oil supplies to India. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 23 mar. 2023. News, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/russias-rosneft-signs-deal-boost-oil-supplies-india-2023-03-29/>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

BARNES, J. E.; COOPER, H.. Trump Discussed Pulling U.S. From NATO, Aides Say Amid New Concerns Over Russia. **The New York Times**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 14 de janeiro de 2019. Politics, s/p. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/01/14/us/politics/nato-president-trump.html>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

BASKIN, J.. What a Coup Is: A conversation with Edward Luttwak. **The Point (Magazine)**, Chicago (USA), ano s/a, v. s/v, n. 27, 26 abr. 2022. Dialogue, s/p. Disponível em: <<https://thepointmag.com/dialogue/what-a-coup-is/>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

BRENAN, M.. A Year After Withdrawal, 50% Call Afghanistan War a Mistake. **Gallup**, Washington (USA), ano s/a, v. s/v, n. s/e, 29 ago. 2022. Politics, p. s/p. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/398726/year-withdrawal-call-afghanistan-war-mistake.aspx>>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

CHAZAN, G.. South Stream gas project may now be a pipe dream. **Financial Times**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 24 de agosto de 2014. Opinion, s/p. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/6871b0a2-2487-11e4-be8e-00144feabdc0>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Histórico de medidas restritivas contra a Rússia devido à Ucrânia**. 2023. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

DEYOUNG, K.; LAMOTHE, D.; HUDSON, J.; DEMIRJIAN, K.. America's 20-year war in Afghanistan ends as last U.S. military cargo plane lumbers into the sky over Kabul. **The Washington Post**, Washington (USA), s/a, s/v, s/e, 30 de agosto de 2021. National Security, s/p. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national-security/us-afghanistan-longest-war-ends/2021/08/30/b56153ea-09b8-11ec-9781-07796ffb56fe_story.html>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

EUROSTAT. **Flash Estimate - December 2022**: Euro area annual inflation down to 9.2%. Brussels (BEL): Eurostat, 2022. s/p. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/15725146/2-06012023-AP-EN.pdf/885ac2bb-b676-0f0d-b8b1-dc78f2b34735#:~:text=Euro%20area%20annual%20inflation%20is,office%20of%20the%20European%20Union>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

GALLUP. **Iraq**. 2023. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/1633/iraq.aspx>>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

GLOYSTEIN, H.. Oil, coal and iron ore at financial crisis levels. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 15 de dezembro de 2014. Money News, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/energy-oil-coal/oil-coal-and-iron-ore-at-financial-crisis-levels-idINKBN0JT0P620141215>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

GRILLI, M.. Brasil e Rússia voltam a falar do abastecimento de fertilizantes. **Exame**, São Paulo (SP), s/a, s/v, s/e, 18 de abril de 2023. Agronegócio, s/p. Disponível em: <<https://exame.com/agro/brasil-e-russia-voltam-a-falar-do-abastecimento-de-fertilizantes/>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

HELMAN, C.; TUCKER, H.. The War In Afghanistan Cost America \$300 Million Per Day For 20 Years, With Big Bills Yet To Come. **Forbes**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 16 de agosto de 2021. Daily Cover, s/p. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/hanktucker/2021/08/16/the-war-in-afghanistan-cost-america-300-million-per-day-for-20-years-with-big-bills-yet-to-come/?sh=691910a27f8d>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

GABUEV, A.. Russia's reliance on China will outlast Vladimir Putin, says Alexander Gabuev. **The Economist**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 18 de março de 2022. By Invitation, s/p. Disponível em: <<https://www.economist.com/russias-reliance-on-china-will-persist-even-after-vladimir-putin-is-gone-says-alexander-gabuev>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

GRAY, A.; SIEBOLD, S.. NATO chief urges members to boost defence spending as only 7 hit target. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 21 de março de 2023. World, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/seven-out-30-allies-met-nato-military-spending-target-2022-stoltenberg-2023-03-21/>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

IEA. National Reliance on Russian Fossil Fuel Imports, **IEA**, Paris (FRA). Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/national-reliance-on-russian-fossil-fuel-imports>>. Acesso em: 7 de junho de 2023.

JOHNSON, S.; HAYATSEVER, H.; KAURANEN, A.. Why are Turkey and Hungary against Sweden joining NATO? **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 5 de abril de 2023. World, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/after-finland-joins-nato-why-is-turkey-making-sweden-wait-2023-04-04/>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

JOLLY, J.. European gas prices fall to pre-Ukraine war level. **The Guardian**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 29 de dezembro de 2022. News, s/p. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/29/european-gas-prices-fall-to-pre-ukraine-war-level>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

KIEL INSTITUTE FOR THE WORLD ECONOMY [IFW KIEL]. **Ukraine Support Tracker**. Kiel (DEU). 2023. Disponível em: <<https://www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker/>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

KRAMER, A. E. Russia Cuts Gas, and Europe Shivers. **The New York Times**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 6 de janeiro de 2009. World, s/p. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/01/07/world/europe/07gazprom.html>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

_____. Russian oil to Czechs slows after U.S. pact. **The New York Times**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 11 de julho de 2008. World, s/p. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2008/07/11/world/europe/11iht-czech.4.14439409.html>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

LAMOTHE, Dan. For families of U.S. troops killed in Afghan war, scramble to exit revives agony of their sacrifice. **The Washington Post**, Washington (USA), s/a, s/v, s/e, 25 de agosto de 2021. National Security, s/p. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/national-security/2021/08/25/afghanistan-gold-star-families/>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

LUTTWAK, E. N. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, Washington (USA), n. 20, p. 17 – 23, 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42894676>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

_____. Where Are the Great Powers? At Home with the Kids. **Foreign Affairs**, New York (USA), v. 73, ed. 4, p. 23 – 28, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/20046741>. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20046741>>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

_____. **Turbocapitalismo**: Perdedores e ganhadores na economia globalizada. Trad.: Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. 2. ed. São Paulo (SP): Nova Alexandria, 2001 [1998]. 320 p. ISBN 85-7492-028-2.

MEANEY, T.. The Machiavelli of Maryland. **The Guardian**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 9 de dezembro de 2015. World, s/p. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/dec/09/edward-luttwak-machiavelli-of-maryland>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

MERK, J.; PENKE, M.. To quit Russian gas, EU burns billions on LNG. **DW**, Berlin (GER), s/a, s/v, s/e, 16 de dezembro de 2022. Business, s/p. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/to-cut-off-russian-gas-eu-burns-billions-on-lng/a-63863444>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

NARAYAN, M.; VERMA, N.. Fuels from Russian oil gets backdoor entry into Europe via India. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 5 de abril de 2023. Business, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/fuels-russian-oil-gets-backdoor-entry-into-europe-via-india-2023-04-05/>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

OEC WORLD [The Observatory of Economic Complexity]. Perfil bilateral entre Rússia e Brasil. 2023. **OEC WORLD**. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/rus/partner/bra>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

PAPE JR, R. A.. Why Economic Sanctions Do Not Work. **International Security**, Massachusetts (USA), v. 22, ed. 2, p. 90 – 136, 1997. ISSN: 1531-4804. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/pub/6/article/446841/pdf>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

REUTERS. Russia's economy set for biggest contraction since 1994, Kudrin says. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 12 de abril de 2022. World, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/russia-revises-forecasts-gdp-fall-more-than-10-2022-ria-cites-official-2022-04-12/>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

RUSSIAN. Ministry of Energy of the Russian Federation. **Energy Strategy of Russian**: for the period up to 2030. 172 pp. Moscow. Disponível em: <[http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf)>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

SABBAGH, D.; RANKIN, J.. All Nato members have agreed Ukraine will eventually join, says Stoltenberg. **The Guardian**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 21 de abril de 2023. World, s/p. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2023/apr/21/all-nato-members-have-agreed-ukraine-will-eventually-join-says-stoltenberg>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

SCHOLVIN, S.; WIGELL, M.. Power politics by economic means: Geoeconomics as an analytical approach and foreign policy practice. **Comparative Strategy**, Pennsylvania (USA), v. 37, ed. 1, p. 73 – 84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/01495933.2018.1419729>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01495933.2018.1419729>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

SEDDON, M.; SHEPPARD, D.; FOY, H.; OLEARCHYK, R.. Russia switches off Europe's main gas pipeline until sanctions are lifted. **Financial Times**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 5 de julho de 2022. EU energy, s/p. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/2624cc0f-57b9-4142-8bc1-4141833a73dd>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

STEPCHENKOV, V.; BACZYNSKA, G.. After food, now Russia burns Dutch flowers. **Reuters**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 11 de agosto de 2015. Europe News, s/p. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-crisis-netherlands-flowers-idUSKCN0QG1RS20150811>>. Acesso em: 7 de junho de 2023.

STATISTA. Share of the oil and gas industry in the gross domestic product (GDP) of Russia from 1st quarter 2017 to 4th quarter 2022. **Statista**, [online]. 2023. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1322102/gdp-share-oil-gas-sector-russia/#:~:text=Russia's%20oil%20and%20gas%20industry,between%20October%20and%20December%202022>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

STATISTA. Number of fatalities among Western coalition soldiers involved in the execution of Operation Enduring Freedom from 2001 to 2021. **Statista**, [online]. 2022. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/262894/western-coalition-soldiers-killed-in-afghanistan/>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

TAN, A.. China Buys a Record Amount of Russian LNG as Oil And Coal Purchases Also Surge. **Bloomberg**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 21 de dezembro de 2022. News, s/p. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-12-21/china-buys-a-record-amount-of-russian-lng-as-oil-and-coal-purchases-also-surge>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

THE ECONOMIST. The Nord Stream 2 gas pipeline is a Russian trap. **The Economist**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 16 de fevereiro de 2019a. Leaders, s/p. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2019/02/16/the-nord-stream-2-gas-pipeline-is-a-russian-trap>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

_____. Emmanuel Macron warns Europe: NATO is becoming brain-dead. **The Economist**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 7 de novembro de 2019b. Europe, s/p. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2019/11/07/emmanuel-macron-warns-europe-nato-is-becoming-brain-dead>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

_____. Under unprecedented sanctions, how is the Russian economy faring? **The Economist**, London (UK), s/a, s/v, s/e, 2 de abril de 2022. Finance & Economics, s/p. Disponível em: <<https://www.economist.com/finance-and-economics/2022/04/02/under-unprecedented-sanctions-how-is-the-russian-economy-faring>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

TROIANOVSKI, A.; TOLER, A.; BARNES, J. E.; TRIEBERT, C.; BROWNE, M.. New Leaked Documents Show Broad Infighting Among Russian Officials. **The New York Times**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 13 de abril de 2023. World, s/p. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2023/04/13/world/europe/russia-intelligence-leaks.html>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.

VESENTINI, J. W.. **Novas Geopolíticas**. 5. ed. 5. reimpr. São Paulo (SP): Contexto, 2021. 125 p. ISBN 978-85-7244-151-3.

VIHMA, A.. Geoeconomic analysis and the limits of critical geopolitics: A new engagement with Edward Luttwak. **Geopolitics**, Worldwide, v. 23, ed. 1, p. 1 – 21, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1302928>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14650045.2017.1302928>>. Acesso em 5 de junho de 2023.

VIHMA, A.; TURKSEN, U.. The Geoeconomics of the South Stream Pipeline Project. **Journal of International Affairs**, New York (USA), v. 69, ed. 1, p. 34 – 53, 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/jinteaffa.69.1.34>>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

WIGELL, M.. Conceptualizing regional powers' geoeconomic strategies: neo-imperialism, neo-mercantilism, hegemony, and liberal institutionalism. **Asia Europe Journal: Studies on Common Policy Challenges**, Worldwide, v. 14, p. 135 – 151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10308-015-0442-x>. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10308-015-0442-x>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

WIGELL, M.; VIHMA, A.. Geopolitics versus Geoeconomics: The case of Russia's geostrategy and it's effects on the EU. **International Affairs**, London (UK), v. 92, ed. 3, p. 605 – 627, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12600>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1468-2346.12600>>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

WONG, E.; JAKES, L.. NATO Won't Let Ukraine Join Soon. Here's Why. **The New York Times**, New York (USA), s/a, s/v, s/e, 13 de janeiro de 2022 [revisado em 16 de março de 2022]. Politics, s/p. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/01/13/us/politics/nato-ukraine.html>>. Acesso em: 9 de junho de 2023.